



**Prefeitura de Canoas - RS**  
*Técnico Municipal - Técnico em Fiscalização*

## LÍNGUA PORTUGUESA

Análise e Interpretação de Textos: Compreensão global das informações. Reconhecimento da estrutura do texto e dos parágrafos. Identificação das ideias principais e secundárias, pressuposições e inferências .....	1
Significados de palavras e expressões no texto .....	4
Substituição de palavras e de expressões do texto. Nexos e outros recursos coesivos .....	5
recursos de argumentação.....	8
Gêneros textuais diversos .....	18
Linguagem e adequação social.....	29
Variedades linguísticas e seus determinantes sociais, regionais, históricos e individuais.....	30
Textualidade: Coesão, coerência, argumentação e intertextualidade .....	31
Confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas. Registros formal e informal da linguagem. ....	33
Fonologia: Letras (consoantes, vogais e semivogais). Fonemas. Encontros vocálicos. Dígrafos. Encontros consonantais. Sílabas: classificação, divisão, acento tônico .....	36
acentuação gráfica e suas regras, monossílabos, regras especiais, acento diferencial/grave.	39
Ortografia. Notações léxicas. Emprego dos porquês. Emprego do hífen. ....	41
Sinais de pontuação. ....	43
Morfologia: Classes de palavras variáveis (adjetivo, artigo, numeral, pronome, substantivo e verbo), reconhecimento, classificação, uso e flexão. Classes de palavras invariáveis (advérbio, conjunção, interjeição e preposição), reconhecimento, classificação e uso .....	48
Semântica: Sinônimos. Antônimos. Polissemia. Homônimos e parônimos. Denotação e conotação.....	60
Figuras de linguagem. ....	60
Sintaxe: Análise sintática (interna e externa) .....	65
Concordância nominal e verbal. ....	70
Regência nominal e verbal. ....	72
Pontuação .....	75
Emprego da crase .....	79
Exercícios .....	81
Gabarito.....	91

# SUMÁRIO



## RACIOCÍNIO LÓGICO

Teoria dos Conjuntos: Conceitos, relações de pertinência e inclusão, subconjuntos, conjunto das partes de um conjunto, operações com conjuntos .....	1
Análise Combinatória: princípio fundamental de contagem, permutação (simples, circular e com repetição), arranjo, combinação (simples e com repetição). Probabilidade: Conceitos, cálculo de probabilidade, axiomas da probabilidade, eventos independentes, eventos mutuamente exclusivos, probabilidade da união de dois eventos, probabilidade condicional, probabilidade binomial .....	3
Conceitos Fundamentais: sistemas de numeração em diferentes bases, conjuntos numéricos (definição, números naturais, inteiros, racionais, reais, irracionais e complexos).....	9
Notação científica .....	16
Razão e proporção .....	20
Regra de três.....	22
Porcentagem .....	23
Progressões aritméticas e geométricas .....	26
Equações de 1º, 2º e 3º graus.....	30
Unidades de medida de diferentes grandezas e as conversões possíveis.....	36
Estatística Básica: população e amostras, diagrama de Venn, tabelas e gráficos, média, moda e mediana, frequências absoluta e relativa, variância e desvio-padrão.....	41
Leitura e interpretação: tabelas, gráficos e infográficos .....	43
Raciocínio Lógico-Matemático: Problemas lógicos de sequências (números, letras, palavras e figuras), com dados, figuras e palitos. Situações-Problema: Aplicação dos conteúdos anteriores em situações-problema em múltiplos contextos .....	48
Exercícios .....	65
Gabarito.....	73

## INFORMÁTICA

Conceitos básicos da tecnologia da informação. Componentes de hardware e software de computadores e suas características.....	1
Operação e configuração: sistema operacional Windows 10 ou posterior .....	6
editor de texto Word 2016 ou posterior .....	47
planilha eletrônica Excel 2016 ou posterior.....	58
Navegação web e segurança na/para Internet .....	66
Correio eletrônico .....	79
Exercícios .....	82
Gabarito.....	92

# SUMÁRIO



## LEGISLAÇÃO BÁSICA

Normas Legais: - BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. (Art. 1º a 69; Art. 76 a 92; Art. 101 e 102; Art. 127 a 129).....	1
BRASIL. Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente .....	69
BRASIL. Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	141
BRASIL. Lei nº 10.741/2003 - Estatuto da Pessoa Idosa .....	173
BRASIL. Lei nº 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial .....	193
CANOAS. Lei Orgânica do Município de Canoas. ....	205
CANOAS. Lei Municipal nº 2.214/1984. Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Canoas.....	261
CANOAS. Lei Municipal nº 5.082/2006. Regime Próprio de Previdência de Previdência Social do Município de Canoas .....	310
CANOAS. Lei Municipal nº 6.526/2021. Código de Ética da Administração Direta e Indireta do Município de Canoas.....	322
Exercícios.....	331
Gabarito.....	335

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional: Princípios constitucionais da administração pública: legalidade, moralidade, impessoalidade, razoabilidade e proporcionalidade, publicidade, eficiência, supremacia do interesse público. Administração Pública: Aspectos Conceituais. Estrutura e Organização.....	1
Poderes da Administração Pública. Princípios da Administração Pública .....	7
Princípios da Administração Pública .....	17
Atos Administrativos: Aspectos Conceituais. Declaração jurídica. Ato administrativo e ato da Administração. Prática e Prerrogativas. Revisão. Perfeição, validade e eficácia. Atributos ou Qualidades Jurídicas. Requisitos/Elementos. Atributos. Espécies. Formas. Classificação. Procedimento Administrativo. Mérito. Efeitos. Discricionariedade. Formas de Extinção. Vícios. Atos válidos, nulos, anuláveis e inexistentes. Invalidação. Formas de extinção. Convalidação. ....	18
Poderes da Administração: Poder Hierárquico. Poder Disciplinar. Poder Regulamentar. Poder de Polícia. Uso e abuso do poder.....	38
Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função pública .....	38
Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; delegação (concessão, permissão e autorização).....	56

# SUMÁRIO



Relações Humanas no Trabalho: Comunicação e Relacionamento Interpessoal. Comportamento individual e em grupo. Normas de Conduta Socialmente Adequadas no Ambiente de Trabalho .....	75
Trabalho em equipe.....	83
Trato social: regras de convivência .....	86
Normas Legais: - BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. (Art. 182 e 183; Art. 193 a 232). .....	93
BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848/1940 - Código Penal (Art. 98 a Art. 103; Art. 312 a 337) .....	114
BRASIL. Lei nº 10.406/2002 - Código Civil (Art. 1.277 a Art. 1.313). .....	121
BRASIL. Lei nº 8.429/1992 - Improbidade Administrativa. ....	125
BRASIL. Portaria de Consolidação nº 2/2017 - Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.....	150
BRASIL. Lei nº 8.080/1990 - Lei Orgânica da Saúde.....	158
BRASIL. Lei nº 10.257/2001 - Diretrizes Gerais da Política Urbana. ....	177
BRASIL. Lei nº 6.766/1979 - Lei do Parcelamento do Solo Urbano. ....	192
BRASIL. Lei nº 10.098/2000 - Promoção da Acessibilidade das Pessoas com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida.....	207
BRASIL. Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor .....	212
BRASIL. Lei nº 11.445/2007 - Política Nacional de Saneamento Básico.....	238
BRASIL. Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	265
BRASIL. Lei nº 6.437/1977 - Infrações à Legislação Sanitária Federal. ....	285
BRASIL. Lei nº 7.802/1989, Decreto nº 4.074/2002. Decreto nº 10.833/2021 - Agrotóxicos .....	295
BRASIL. Portaria SVS/MS nº 1.428/1993 - Regulamento Técnico para Inspeção Alimentos, BPP e PIQ's.....	339
BRASIL. Anvisa. Resolução-RDC nº 216/2004 - Regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. ....	352
BRASIL. Anvisa. Resolução RDC nº 12/2001 - Regulamento técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos. ....	365
BRASIL. Resolução CGSIM nº 62/2020 - Classificação de risco das atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária e as diretrizes gerais para o licenciamento sanitário pelos órgãos de vigilância sanitária dos estados, distrito federal e municípios. ....	366
BRASIL. Decreto nº 9.013/2017 - RIISPOA. ....	372
BRASIL. NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde .....	473
CANOAS. Lei Municipal nº 5.961/2015 - Plano Diretor Urbano Ambiental de Canoas .....	497
CANOAS. Lei Municipal nº 1.214/1968 - Código de Posturas do Município de Canoas .....	566
CANOAS. Lei Complementar nº 5/2016 - Código de Obras e Edificações no Município de Canoas .....	582

# SUMÁRIO

CANOAS. Lei Municipal nº 6.551/2022 - Plano de Mobilidade Urbana do Município de Canoas – PlanMob .....	<b>638</b>
CANOAS. Lei Municipal nº 4.328/1998 - Código Municipal de Meio Ambiente .....	<b>654</b>
Exercícios .....	<b>681</b>
Gabarito.....	<b>690</b>

# SUMÁRIO



### Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

### Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

### Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

### Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





A teoria dos conjuntos é a teoria matemática capaz de agrupar elementos<sup>1</sup>.

Dessa forma, os elementos (que podem ser qualquer coisa: números, pessoas, frutas) são indicados por letra minúscula e definidos como um dos componentes do conjunto.

Exemplo: o elemento “a” ou a pessoa “x”

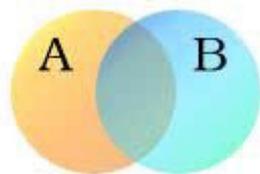
Assim, enquanto os elementos do conjunto são indicados pela letra minúscula, os conjuntos, são representados por letras maiúsculas e, normalmente, dentro de chaves ({}).

Além disso, os elementos são separados por vírgula ou ponto e vírgula, por exemplo:

$A = \{a, e, i, o, u\}$

### — Diagrama de Euler-Venn

No modelo de Diagrama de Euler-Venn (Diagrama de Venn), os conjuntos são representados graficamente:



### — Relação de Pertinência

A relação de pertinência é um conceito muito importante na “Teoria dos Conjuntos”.

Ela indica se o elemento pertence ( $\in$ ) ou não pertence ( $\notin$ ) ao determinado conjunto, por exemplo:

$D = \{w, x, y, z\}$

Logo:

$w \in D$  (w pertence ao conjunto D);

$j \notin D$  (j não pertence ao conjunto D).

### — Relação de Inclusão

A relação de inclusão aponta se tal conjunto está contido ( $\subset$ ), não está contido ( $\not\subset$ ) ou se um conjunto contém o outro ( $\supset$ ), por exemplo:

$A = \{a, e, i, o, u\}$

$B = \{a, e, i, o, u, m, n, o\}$

$C = \{p, q, r, s, t\}$

Logo:

$A \subset B$  (A está contido em B, ou seja, todos os elementos de A estão em B);

$C \not\subset B$  (C não está contido em B, na medida em que os elementos do conjunto são diferentes);

$B \supset A$  (B contém A, donde os elementos de A estão em B).

### — Conjunto Vazio

O conjunto vazio é o conjunto em que não há elementos; é representado por duas chaves {} ou pelo símbolo  $\emptyset$ . Note que o conjunto vazio está contido ( $\subset$ ) em todos os conjuntos.

<sup>1</sup> <https://www.todamateria.com.br/teoria-dos-conjuntos/>



## Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.<sup>1</sup>. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

## Gabinete

O gabinete abriga os componentes internos de um computador, incluindo a placa mãe, processador, fonte, discos de armazenamento, leitores de discos, etc. Um gabinete pode ter diversos tamanhos e designs.



Gabinete.2

## Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.

1 <https://www.palpitedigital.com/principais-componentes-internos-pc-perifericos-hardware-software/#:~:text=O%20hardware%20s%C3%A3o%20as%20partes,%2C%20scanners%2C%20c%C3%A2meras%2C%20etc.>

2 <https://www.chipart.com.br/gabinete/gabinete-gamer-gamemax-shine-g517-mid-tower-com-1-fan-vidro-temperado-preto/2546>



## **Forma, Sistema e Fundamentos da República**

### **• Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo**

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

#### **• Princípio Federativo**

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

#### **• Princípio Republicano**

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

#### **• Princípio do Estado Democrático de Direito**

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

#### **• Princípio da Soberania Popular**

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

#### **• Princípio da Separação dos Poderes**

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

## **TÍTULO I**

### **DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



## Conhecimentos Específicos

— Disposições gerais

A administração pública consiste no conjunto de meios institucionais, materiais, financeiros e humanos do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando a satisfação das necessidades coletivas.

A função administrativa é institucionalmente imputada a diversas entidades governamentais autônomas, expressas no [art. 37](#) da Constituição Federal.

### Administração Pública Direta e Indireta

A administração direta é a administração centralizada, definida como o conjunto de órgãos administrativos subordinados diretamente ao Poder Executivo de cada entidade. Ex.: Ministérios, as Forças Armadas, a Receita Federal, os próprios Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário etc.

Por sua vez, a administração indireta é a descentralizada, composta por entidades personalizadas de prestação de serviço ou exploração de atividades econômicas, mas vinculadas aos Poderes Executivos da entidade pública. Ex.: Autarquias: Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e outras agências reguladoras, Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG e outras universidades federais, Centros e Institutos Federais de Educação Tecnológica, Banco Central do Brasil – BACEN; Conselho Federal de Medicina e outros Conselhos Profissionais etc; Empresas Públicas: BNDES, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos etc; Sociedades de economia mista: Petrobrás, Banco do Brasil etc; Fundações públicas: Funai, Funasa, IBGE etc.

### Princípios Específicos da Administração Pública

**Legalidade**: todo o ato administrativo deve ser antecedido de lei;

**Impessoalidade**: todos atos e provimentos administrativos não são imputáveis ao agente político que o realiza, mas sim ao órgão ou entidade pública em nome da qual atuou.

**Moralidade**: impõe a obediência à lei, não só no que ela tem de formal, mas como na sua teleologia. Não bastará ao administrador o estrito cumprimento da legalidade, devendo ele, no exercício de sua função pública, respeitar os princípios éticos de razoabilidade e justiça.

**Publicidade**: todos os atos administrativos devem ser públicos, vedado o sigilo e o segredo, salvo em hipóteses restritas que envolvam a segurança nacional.

**Eficiência**: trazido pela Emenda Constitucional nº 19, este princípio estabelece que os atos administrativos devem cumprir os seus propósitos de forma eficaz.

### Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade

Nascido e desenvolvido no sistema da common law da Magna Carta de 1215, o princípio da razoabilidade o princípio surgiu no direito norte-americano por intermédio da evolução jurisprudencial da cláusula do devido processo legal, pelas Emendas 5.ª e 14.ª da Constituição dos Estados Unidos, vindo a deixar de lado o seu caráter procedimental (procedural due process of law: direito ao contraditório, à ampla defesa, dentre outras garantias processuais) para, por sua vez, incluir a versão substantiva (substantive due process of law: proteção das liberdades e dos direitos dos indivíduos contra abusos do Estado).

Desde seus primórdios, o princípio da razoabilidade vem sendo aplicado como forma de valoração pelo Judiciário, bem como da constitucionalidade das leis e dos atos administrativos, demonstrando ser um dos mais importantes instrumentos de defesa dos direitos fundamentais dispostos na legislação pátria.

O princípio da proporcionalidade, por sua vez origina-se das teorias jusnaturalistas dos séculos XVII e XVIII, a partir do momento no qual foi reconhecida a existência de direitos perduráveis ao homem oponíveis ao Estado. Foi aplicado primeiramente no âmbito do Direito Administrativo, no “direito de polícia”, vindo a receber, na Alemanha, dignidade constitucional, a partir do momento em que a doutrina e a jurisprudência passaram a afirmar que a proporcionalidade seria um princípio implícito advindo do próprio Estado de Direito.